

PÁG 2 Ministro reafirma compromisso com a liberdade de escolha do consumidor

PÁG 4 Grupo Técnico define contribuições à proposta do MME de abertura da alta tensão em 2024

PÁG 8 Em almoço do #AbraceelNasEleições, empresários dialogam com deputado federal Arnaldo Jardim

PÁG 10 Nova governança da CCEE: Abraceel solicitará maior detalhamento da proposta

PÁG 12 Você viu? Abertura de mercado na pauta das campanhas dos presidentiáveis

PÁG 14 Geração distribuída passará a ser incluída na formação de preço

PÁG 16 Plano de Recuperação de Reservatórios pode impactar formação de preços

PÁG 19 Abraceel na Mídia

PÁG 20 Curtas

PÁG 25 Abraceel nas Eleições

PÁG 28 Próxima Semana

↑ Clique ou toque no nome da seção para ir diretamente à página!



Ministro reafirma compromisso com a liberdade de escolha do consumidor

Matéria em 1 minuto:

- Diretoria da Abbraceel esteve com o ministro Sachsida na última quinta debatendo a agenda da Associação;
- Foram apresentadas as bandeiras estratégicas da Abbraceel, bem como seu histórico de atuação em defesa da abertura do mercado para todos os consumidores;
- A Abbraceel reforçou seu apoio à Consulta Pública 131 e o ministro disse enxergar no mercado livre a solução para os altos custos do setor elétrico para o consumidor.



Tempo de leitura:
2 minutos

A Diretoria da Abbraceel cumpriu agenda com o ministro Adolfo Sachsida, do Ministério de Minas e Energia, na última quinta-feira (11.08). Estiveram presentes, também, o secretário de Energia Elétrica, Ricardo Marques, o secretário adjunto de Energia Elétrica, João Daniel, e o chefe da Assessoria Especial de Assuntos Econômicos, Gustavo Manfrim.

O ministro ressaltou ver a abertura do mercado de energia como vetor claro de transformação. A liberdade de escolha do consumidor, segundo ele, é importante solução para as ineficiências setoriais.

O líder da pasta de Minas e Energia deixou claro seu apoio ao Projeto de Lei 414 e destacou as iniciativas em andamento no Ministério, como a consulta pública para abertura da alta tensão e a Iniciativa Mercado Minas e Energia.

A Abbraceel reforçou que tem participado das discussões e se reunido com associações e instituições de interesse, convidando todos para contribuir no debate. Para a Associação, a proposta de portaria é um grande marco após quase 20 anos de inércia no tema, já que a Lei 9.074 de 1995 já estabelecia a diretriz de abertura do setor de energia.



Para o Ministro, o norte é claro: energia livre. Assim, Sachside reforçou a necessidade de a Abraceel enviar suas contribuições à CP 131, subsidiando com dados e estudos, para que as decisões tomadas sejam as melhores para o consumidor de energia.

No dia anterior, Frederico Rodrigues e Bernardo Sicsú representaram a Abraceel em reunião com o secretário Ricardo Marques. Na agenda, as bandeiras estratégicas da Abraceel e a CP 131 do MME. O secretário reafirmou o compromisso do ministro Adolfo Sachside de avançar com a abertura do mercado de alta tensão, destacando que as equipes estão debruçadas no estudo do tema.



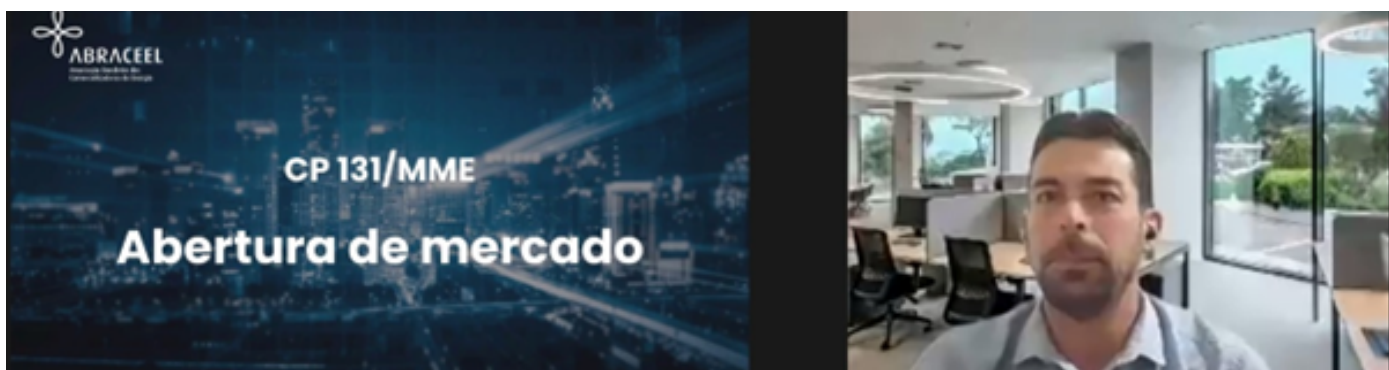
Grupo Técnico define contribuições à proposta do MME de abertura da alta tensão em 2024

Matéria em 1 minuto:

- Proposta do MME está alinhada com o cronograma defendido pela Abraceel e associadas reforçaram a necessidade de esclarecimento no texto sobre a representação varejista obrigatória para consumidores com demanda abaixo de 500 kW;
- Sobre a baixa tensão, estudos apresentados pela CCEE e Aneel estão alinhados com as principais contribuições do setor, indicando inexistência de complexidade e de barreiras para a abertura total;
- Abraceel enviará contribuições ao MME e solicita apoio das associadas na consulta pública, incentivando também o envio de propostas individuais.



Tempo de leitura:
2 minutos



No dia 09.08, o Grupo Técnico da Abraceel se reuniu com o objetivo de discutir as contribuições da associação à Consulta Pública 131/2022 do MME, que trata da proposta de redução dos limites para contratação de energia elétrica por parte dos consumidores no mercado livre. Mais de 230 profissionais de empresas associadas participaram do encontro virtual.

Alexandre Lopes, VP de Energia da Abraceel, destacou que a consulta pública aborda a redução dos limites de carga para o acesso ao mercado livre de energia de forma ampla, não se limitando à alta tensão, embora só incluía minuta de portaria para permitir o acesso ao ambiente de livre contratação a todos os consumidores em alta tensão a partir de janeiro de 2024. Nesse sentido, a discussão foi dividida em duas partes.

Alta tensão a partir de janeiro de 2024?

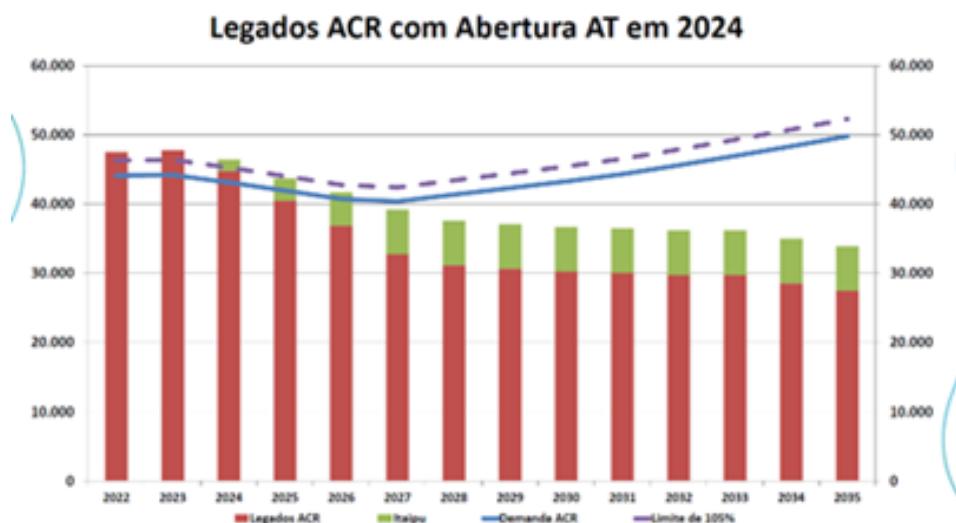
A proposta do MME está alinhada com o cronograma defendido pela Abraceel. Apesar de ser a maior ampliação do mercado livre já promovida desde 1995, envolvendo na de-



cisão um conjunto superior a 106 mil unidades consumidoras adicionais, esse segmento representará somente 6% da demanda nacional de energia, não considerando que parte desse conjunto já possa ter aderido ao modelo de geração distribuída.

Alexandre Lopes mostrou dados inéditos de estudo realizado pela Abraceel, atualizando trabalho anterior de março deste ano, em que é possível constatar o impacto da abertura do mercado de alta tensão nos índices de contratação das distribuidoras.

Com a abertura da alta tensão em janeiro de 2024, o cronograma de decaimento dos contratos legados é bem aderente, independentemente das definições sobre Itaipu. Quando considerada a sobrecontratação involuntária da geração distribuída, os níveis de sobrecontratação decorrente da abertura ficam todos abaixo dos 105%. O estudo mostra que o cenário, inclusive, passa a refletir possibilidades de subcontratação – e, neste aspecto, o avanço na abertura do mercado passa a ser essencial para sinalizar de forma previsível as necessidades futuras de compra das distribuidoras.



Os profissionais das empresas associadas pontuaram que ainda é necessário reforçar, na contribuição da Abraceel, os argumentos de segurança jurídica ao Ministério de Minas Energia, cuja competência para abrir o mercado está explícita na legislação há 27 anos, desde a publicação da Lei 9074/1995. Também foi sugerido esclarecer a situação do grupo AS, que embora incluído no grupo A, tem tensão de atendimento inferior a 2,3kV e, por isso, não estaria abarcado pela futura portaria. Nesse sentido, a Abraceel irá sugerir a inclusão desse grupo.

A necessidade de esclarecer, na minuta de portaria proposta pelo MME, a regra de representação obrigatória via varejista, foi outro ponto que demanda esclarecimentos, segundo as associadas. Eles frisaram que deve ser preservado o direito de os consumidores atualmente elegíveis à migração serem representados individualmente na CCEE. O

mesmo deve valer para consumidores com demanda inferior a 500 kW que aumentam o volume contratado para poder migrar, que não deveriam perder o direito da representação individual. Nesse aspecto, também será sugerida a redação atual do PL 414 para o conceito de agregador de carga, que seria o agente que representa o consumidor, mas não necessariamente comercializa energia com ele.

Baixa tensão via infralegal, quais são as perspectivas?

Alexandre Lopes mencionou que os estudos apresentados pela Aneel e CCEE estão alinhados com as principais contribuições do setor e que, de forma geral, não indicam nenhuma barreira ou complexidade para a abertura total do mercado de energia. Em seguida, explicou destaques de cada um dos estudos, comparando-os com a posição da Abraceel na TS Aneel 10/2021.

As associadas pontuaram que, ao mesmo tempo que não se deve condicionar a abertura do mercado à troca dos medidores, deveria existir manifestação da Abraceel para incentivar a substituição gradual, pois a medição inteligente permite o avanço e a oferta de diversos outros produtos e serviços e, assim, o desenvolvimento do mercado livre de energia.

TEMA	ANEEL	CCEE	ABRACEEL
Cronograma	Ao invés de datas e prazos, definem-se ações para a abertura, compatível com os contratos legados	AT: jan/24 BT não resid. e não rural: jan/26 BT: a partir de jan/28	Imediato. Mitigar eventual sobrecontratação: AT: jan/24 e BT: jan/26
Contratos legados	Esgotadas as possibilidades, solução é a criação de encargo transitório	Evitar novos legados, aprimoramento MVE, gestão ativa portfólio Ds	Cronograma escalonado, priorizar reserva de capacidade, aprimorar MVE, resultado da sobrecontratação involuntária rateado por todos os consumidores
Supridor de Última Instância	Distribuidora em um primeiro momento	Caráter emergencial, prestado pela distribuidora local	Inicialmente a distribuidora, depois atividade aberta à competição
Comercializador varejista	Não deve haver barreira de entrada para adesão à CCEE	Consumidores < 500kW não devem ser representados individualmente na CCEE	Separação atacado e varejo em 500kW (CP 76/19). Desmodelagem do consumidor inadimplente.
Faturamento	Duas faturas, sem prejuízo em avançar na unificação	Único	Fatura única, porém de opção voluntária
Tratamento da medição	Devem ser estabelecidas as premissas para migração com medidores atuais	Na BT, é possível usar medidores atuais com tratamento dos dados	Manter medidores atuais com tratamento dos dados
Efeito na CDE dos descontos na TUSD	Não há medida regulatória a ser tomada	Necessária alteração legal para restringir efeito	Proposta de regra de transição, desconto na TUSD decrescente

Sobre a proposta da Abraceel de transição no desconto na TUSD, as associadas entenderam que essa contribuição pode gerar discussões mais acaloradas e tirar o foco proposto na CP 131, desviando-o da abertura da alta tensão. Nesse sentido, a Abraceel irá continuar a defender a abertura da baixa tensão, mas sem entrar no detalhamento de todos os tópicos levantados.



A equipe da Abraceel informou que realizará reuniões com outras associações para mapear o posicionamento na consulta pública e solicitou apoio das associadas para que enviem contribuição individual, reforçando o engajamento do setor com esse processo em condução pelo MME. Da mesma forma, foi solicitado que as empresas promovam ações de comunicação, divulgando artigos e posicionamento em redes sociais, por exemplo, apoiando a proposta apresentada pelo ministério. Em breve, o Grupo Técnico irá circular minuta de contribuição para sugestões das associadas.

A apresentação realizada durante a reunião está disponível na área restrita do site da Abraceel, seção [“Apresentações Exclusivas”](#).





Em almoço do #AbraceelNasEleições, empresários dialogam com deputado federal Arnaldo Jardim

Matéria em 1 minuto:

- Com oito mandatos, igualmente divididos entre o Legislativo estadual e federal, parlamentar tem atuação marcante em defesa da modernização do modelo regulatório e comercial do setor de energia;
- Arnaldo Jardim (Cidadania-SP) explicou que tem pautado a atuação na defesa da desregulamentação, promoção de investimentos e abertura do mercado de energia;
- Esse foi o segundo almoço de relacionamento realizado pela associação dentro do programa Abraceel nas Eleições, o primeiro foi com o deputado federal Paulo Ganime (Novo-RJ).



Tempo de leitura:
2 minutos

Cerca de 30 pessoas participaram de um almoço de relacionamento em São Paulo no dia 08.08 para que representantes das associadas pudessem dialogar com o deputado federal Arnaldo Jardim (Cidadania-SP). O encontro ocorreu no âmbito do programa Abraceel nas Eleições.

Arnaldo Jardim já exerceu quatro mandatos de deputado estadual e está no quarto mandato de deputado federal. É um dos mais atuantes na agenda do setor elétrico e da infraestrutura, com atuação marcante em defesa da modernização do modelo regulatório e comercial do setor de energia. Este ano, o parlamentar concorre ao quinto mandato federal.

O parlamentar explicou aos empresários presentes que tem pautado sua atuação no Congresso Nacional na defesa da desregulamentação, promoção de investimentos e abertura do mercado de energia, com respeito à institucionalidade do setor elétrico e oposição a “atalhos e medidas oportunistas”. “O mercado livre é um compromisso”, disse. “Em tempo de gladiadores, eu busco ser um construtor, em um tempo em que a política está cheia de adjetivos e poucos substantivos”, concluiu.





Esse foi o segundo almoço de relacionamento realizado pela Associação dentro do programa Abraceel nas Eleições. O primeiro ocorreu no Rio de Janeiro, no dia 06.06, com o deputado federal Paulo Ganime (Novo-RJ), parlamentar que exerceu liderança do setor de energia na Câmara dos Deputados, com atuação marcante na aprovação da nova lei do gás e na discussão do PL 414/2021. Ganime atualmente é candidato ao governo do estado do Rio de Janeiro.

O programa Abraceel nas Eleições é composto por alguns eixos, como elaboração e divulgação de uma agenda de propostas do setor e promoção de encontros com candidatos a cargos eletivos para discutir a agenda do setor de energia elétrica.



Nova governança da CCEE: Abraceel solicitará maior detalhamento da proposta

Matéria em 1 minuto:

- Associadas defendem que é necessário maior detalhamento da proposta da nova governança, especialmente na definição das qualificações e obrigações dos membros do novo Conselho de Administração da CCEE;
- As empresas associadas também propuseram que a indicação do presidente do conselho e da diretoria executiva deva ser realizada pelos agentes setoriais e aprovada pela Assembleia Geral;
- O prazo dos mandatos também foi pauta da discussão, chegando-se a consenso de que o ideal seria que a permanência nos cargos se dê em função do bom desempenho.



Tempo de leitura:
2 minutos



NT CCEE05278/2022 de 06 de junho de 2022

NOTA TÉCNICA

Código: NT CCEE05278/2022
Data: 06 de junho de 2022
Para: CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
Assunto: Proposta de Nova Governança Corporativa da CCEE

I. CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

1. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica é responsável pela operação do mercado de energia elétrica, que é um dos dez maiores do mundo, com diversos produtos e serviços e que tem apresentado crescente aumento no número de participantes, na quantidade de negociações e de montantes financeiros comercializados, tanto no Mercado de Curto Prazo (MCP) quanto no Mecanismo de Venda de Excedentes (MVE).

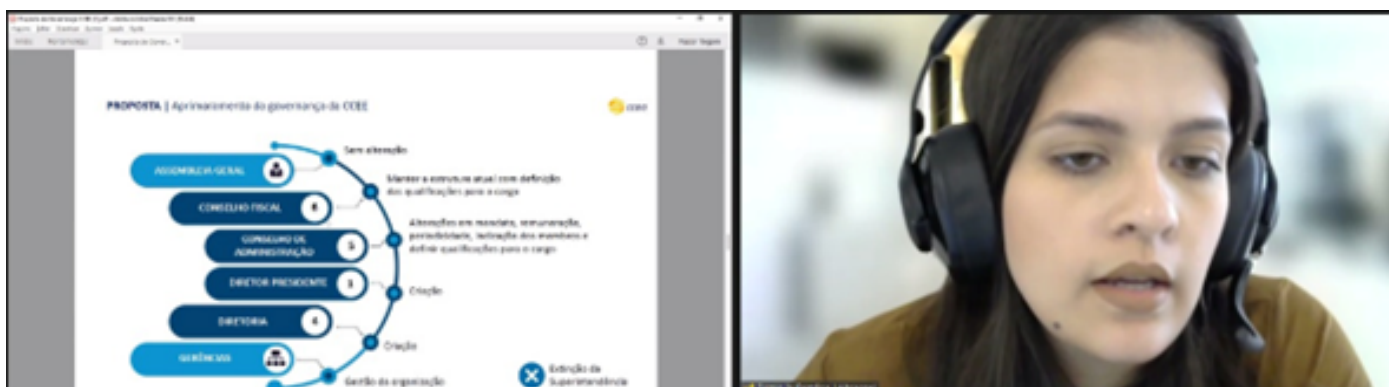
As associadas da Abraceel se reuniram no dia 09.08, com objetivo de discutir a proposta da CCEE de aprimoramento da governança corporativa da instituição, conforme detalhado na [edição anterior do relatório semanal](#) da Associação.

Em síntese, a proposta da CCEE visa segregar as atribuições estratégica e tática das operacionais por meio da criação de Diretoria Executiva.

Após apresentação da Abraceel, as associadas destacaram a necessidade de detalhamento da proposta apresentada pela CCEE, especialmente na definição das qualificações e obrigações dos integrantes do conselho de administração, conselho fiscal e da diretoria executiva. Complementarmente, segundo os representantes das associadas,



é interessante que alterações na governança da CCEE sejam embasadas por meio de estudo elaborado por consultoria externa.



Além disso, outra proposta de aperfeiçoamento elencada na reunião refere-se à indicação do presidente do conselho e da diretoria executiva, que deve ser realizada pelos agentes e não pelo governo.

Em relação ao prazo dos mandatos da diretoria executiva, considera-se interessante não estabelecer prazos - mínimos ou máximos. Defende-se que a permanência no cargo deverá ficar condicionada à avaliação de desempenho do profissional, a exemplo do que acontece em qualquer empresa. Complementarmente, foi ponderado pelas associadas a possibilidade de remuneração dos integrantes do conselho de administração, como forma de incentivar a seleção de bons profissionais para o cargo.

A Abraceel irá encaminhar em breve ao Grupo Técnico e representantes minuta de contribuição à proposta de nova governança corporativa da CCEE. O prazo para envio à CCEE é até 24.08. A Nota Técnica da Câmara que embasa a referida proposta está disponível na área restrita do site da Abraceel, em [Documentos Gerais](#).

Você viu? Abertura de mercado na pauta das campanhas dos presidentiáveis

Matéria em 1 minuto:

- Em Fórum do Acende Brasil, representantes das candidaturas de Ciro, Lula e Tebet debateram sobre o setor elétrico e a agenda ESG;

- Daniel Keller, da candidatura de Ciro Gomes, disse que a abertura do mercado de energia “é importantíssima” para a segurança operacional e para a modicidade tarifária;

- Maurício Tolmasquim, da candidatura de Lula, também mencionou a abertura do mercado, destacando a importância da universalização dos medidores digitais.



Tempo de leitura:
2 minutos

No dia 09.08, Ângela Oliveira, diretora de Relações Institucionais da Abraceel, esteve presente no XIII Fórum Acende Brasil para discutir os desafios de ESG para o setor elétrico brasileiro nos próximos anos. O evento buscou identificar propostas que contribuam para preservar os recursos naturais, que aprimorem o relacionamento com as comunidades e que fortaleçam a governança corporativa das empresas que atuam no setor elétrico. Estiveram presentes como debatedores Daniel Keller (representante da candidatura de Ciro Gomes), Karina Bugarin (Simone Tebet) e Maurício Tolmasquim (Lula).

O debate foi iniciado com discussões sobre o aprimoramento dos mecanismos de diversidade nas empresas, a implantação de novos projetos elétricos frente às questões ambientais, os processos de licenciamento ambiental, e os investimentos realizados no setor elétrico. No segundo momento do evento, as discussões se concentraram nos temas relativos ao uso dos recursos naturais, mudanças climáticas e transição energética.

O que disse o representante da candidatura Lula?

Maurício Tolmasquim, ao ser questionado sobre o movimento de transição energética, enfatizou que o aumento da flexibilidade do sistema se dá pelo investimento em transmissão de energia para aproveitar o aspecto complementar das diferentes fontes energéticas, pela contratação de térmicas flexíveis e pelo armazenamento, por meio de baterias e hidrogênio, por exemplo, com a criação de um agente comercializador de armazenamento.

“A gente está propondo no plano (de governo) a universalização dos medidores, porque isso é fundamental, tanto para a gestão pela demanda quanto para haver uma abertura de mercado”, disse Tolmasquim.



Sobre modicidade tarifária, Tolmasquim defendeu a revisão de subsídios e acredita que alguns custos da CDE deveriam estar no Orçamento Geral da União. Nas considerações finais, disse que uma lição aprendida é o diálogo com o mercado e um meio importante para efetivar essa ação é a interlocução com as associações representantes dos segmentos do setor elétrico. Disse que foi perdido muito tempo na discussão sobre a abertura de mercado e acredita que o andamento poderia ter sido feito de forma mais rápida.



Mercado livre como solução para redução dos preços da energia

Daniel Keller, representante da candidatura de Ciro Gomes, respondeu diversos questionamentos repetindo o que já havia antecipado na edição de Sexta Livre realizada no âmbito do Abraceel nas Eleições, programa para interagir com candidatos e especialistas responsáveis pelas campanhas. Ele disse que a principal reserva de energia que o país deve buscar é o reservatório das hidrelétricas e que é importante fomentar as renováveis, eólica e solar.

Além disso, enfatizou a segurança operacional e a modicidade tarifária, entendendo que a abertura do mercado livre é bastante importante para as duas finalidades. “A partir do momento que o consumidor possa escolher como vai comprar essa energia, a tendência é que a gente caminhe para uma redução de tarifas”, disse. Keller manifestou que o cronograma previsto no PL 414/21 é bastante interessante.

“A Abraceel tem todos os números, o crescimento da tarifa do mercado regulado é muito acima da inflação, como vamos ter competitividade? Como vai haver desenvolvimento? É preciso atacar esse problema”, disse Keller sobre a redução da tarifa de energia elétrica.

A íntegra do evento pode ser acessada [aqui](#).

Geração distribuída passará a ser incluída na formação de preço

Matéria em 1 minuto:

- Alto potencial de crescimento dessas fontes estimulou sua representação na cadeia de modelos computacionais de planejamento e formação de preços;
- O processo de projeção de carga dos modelos não será alterado, a maior mudança será a consideração da carga de MMGD à carga global do ONS;
- Associadas que desejarem apresentar sugestões e contribuições sobre o tema podem encaminhar para o Grupo Técnico.



Tempo de leitura:
2 minutos

O Comitê Técnico PMO/PLD vem analisando metodologia para inclusão da micro e mini-geração distribuídas (MMGD) nos modelos computacionais de planejamento e formação do preço de energia elétrica. A representação dessas fontes está sendo motivada (i) pelo seu alto potencial de crescimento, que tem sido superior a geração centralizada e pode chegar a 4,3 GWmed em 2031, segundo o PDE 2031; (ii) pelo montante de geração de MMGD existente injetado nas redes de distribuição não supervisionadas pelo ONS; e (iii) pela necessidade de conhecimento do montante total dessa geração.

Os dados aplicáveis aos decks do Newave e Decomp dos meses de maio, junho e julho de 2022 já estão disponíveis no site do CT PMO/PLD. Em agosto, ocorrerá a divulgação dos decks de entrada e saída dos modelos do Newave e Decomp com algumas sensibilidades, mais especificamente casos de 2021 com CMO e PLD elevados e casos de 2022 considerando as novas funcionalidades aprovadas pela Cpamp acerca do CVaR e Par-p(A). Em setembro deste ano está previsto o início do período sombra em toda a cadeia de modelos computacionais.

Inclusão nos modelos computacionais

Para o planejamento anual da operação energética (PLAN 2022/2026, realizado pelo Newave) e o planejamento mensal da operação (PMO e cálculo do PLD, realizados pelo Newave e Decomp), as projeções dessa geração serão feitas por subsistemas e fontes, com discretização anual, mensal e semanal e horizonte de cinco anos. Já para a programação diária da operação (PDP e cálculo do PLD, realizados pelo DESSEM) as projeções serão feitas por barramento/subsistema e irão considerar todas as fontes, com discretização semi-horária e horizonte de até 10 dias.



Newave

O processo de projeção de carga não será alterado com a inclusão da MMGD. O montante será calculado i) pela soma do consumo projetado pela EPE com a MMGD do ano base e das perdas totais para o planejamento anual e revisões e ii) pela soma da carga global do ONS com a MMGD total para o planejamento mensal da operação. A geração de MMGD do ano base será somada à carga em montante anual. A sazonalização e patamarização da carga, em um primeiro momento, serão feitas com base no perfil histórico da carga global (sem MMGD). Nas revisões quadrimestrais será atualizado o ajuste de base considerando a capacidade instalada de MMGD estimada no fim do mês mais recente.

Decomp

O processo de projeção e revisão de carga não será alterado com a inclusão da MMGD. O ajuste de base será incrementado ao valor de carga global projetado. No PMO, será incrementada a MMGD total.

Será considerado o mesmo valor do Newave de ajuste de base projetado de MMGD na última revisão quadrimestral, com o mesmo valor em MWmed da última revisão quadrimestral entrando nos quatro primeiros meses de implementação. Alterações só serão realizadas na revisão quadrimestral seguinte.

Envie sua contribuição

A princípio, a Abraceel apoia a iniciativa, pois caminha no sentido de melhorar a representação da realidade física nos modelos computacionais, aperfeiçoando a formação de preços. Com a inclusão da MMGD, segundo a simulação da gerência de estudos energéticos do ONS, é esperado um decréscimo do CMO médio anual e mensal e, conseqüentemente, do PLD. As associadas que identificarem algum ponto para contribuição da Abraceel podem enviar suas sugestões sobre o tema para o Grupo Técnico até o dia 26.08.





Plano de Recuperação de Reservatórios pode impactar formação de preços

Matéria em 1 minuto:

- Plano está estruturado em diferentes horizontes de implementação e em quatro frentes, sendo uma delas relativa à dinâmica de operação dos reservatórios;
- Ações para a recuperação incluem revisão e avaliação dos parâmetros de aversão ao risco, aprimoramento da representação das restrições hidráulicas operativas individualizadas dos reservatórios e aperfeiçoamento da representação do SIN nos modelos matemáticos;
- Serão estabelecidos indicadores globais de monitoramento da recuperação, que serão submetidos à consulta pública pelo MME.



Tempo de leitura:
2 minutos

Conselho Nacional de Política Energética

Plano de Recuperação dos Reservatórios de Regularização de Usinas Hidrelétricas do País

Art. 30 da Lei nº 14.182/2021

Foi publicada no dia 10.08 a Resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) 08/2022, que aprova o plano para viabilizar a recuperação dos reservatórios de regularização de usinas hidrelétricas do país (PRR) ao longo de até 10 anos, cuja elaboração foi determinada pela Lei 14.182/2021, que trouxe regras para o processo de capitalização da Eletrobras. A íntegra do documento está disponível [aqui](#).

O plano contribuirá para estruturação de ações, algumas das quais já em andamento, relativas à recuperação dos reservatórios das usinas hidrelétricas do país. Vale ressaltar que o PRR foi desenvolvido por grupo de trabalho instituído pelo CNPE, coordenado pelo MME, Ministério do Desenvolvimento Regional, EPE e ONS.

Em 14.04, a Abraceel enviou carta ao MME e ONS pedindo maior transparência nas atividades desse grupo de trabalho, dada a falta de previsibilidade em relação às mudanças que poderiam ser implementadas e seus impactos em variáveis relacionadas à formação de preços. Houve demanda também para a participação da Abraceel nas reuniões do grupo.



O PRR está estruturado em ações divididas em diferentes horizontes de implementação – de curto, médio e longo prazo – e em quatro frentes de atuação: (i) aspectos físicos dos reservatórios, (ii) dinâmica de operação dos reservatórios, (iii) planejamento da operação e da expansão do SIN; e (iv) modelagem matemática.

Ações de curto prazo até o terceiro ano

As ações de curto prazo possuem conclusão prevista até o 3º ano do PRR, com destaque para as seguintes iniciativas:

- Revisão e avaliação da necessidade de recalibração dos parâmetros de aversão ao risco nos modelos matemáticos. Responsável: CPAMP, frequência anual de revisão.
- Aprimoramento da representação das restrições hidráulicas operativas individualizadas dos reservatórios nos modelos matemáticos de médio e longo prazos. Responsável: CT PMO/PLD.
- Aprimoramento e operacionalização de mecanismo de gerenciamento do consumo de energia elétrica. Responsável: Aneel, com colaboração do ONS.
- Aprimoramento da metodologia da CRef: premissas para construção e operacionalização. Responsáveis: CMSE, MME e ONS, com participação da ANA.
- Ampliações e reforços dos sistemas de transmissão: interligações regionais. Responsável: MME, com participação da EPE e ONS.
- Evolução do CVU no planejamento da operação e formação de preço, considerando aversão ao risco de volatilidade de preços. Responsável: CT PMO/PLD, com coordenação do ONS e CCEE.
- Avaliação e revisão das restrições hidráulicas operativas estabelecidas em Resoluções da ANA. Responsável: ONS, com participação da ANA, Aneel, MMA, IBAMA e concessionários.

Ações de médio prazo em até sete anos

As ações de médio prazo possuem conclusão prevista entre o 4º e 7º ano do PRR, com destaque para as seguintes iniciativas:

- Aprimoramento da representação do SIN nos modelos matemáticos. Responsável: CPAMP.
- Revisão do modelo de mercado de contratação da oferta de geração de energia elétrica. Responsáveis: MME e EPE.
- Avaliação de estudos sobre as mudanças no regime de vazões. Responsável: CPAMP.
- Aprimoramento da metodologia de geração de cenários hidrológicos, considerando cenários climáticos. Responsável: CPAMP.

**Ações de longo prazo em até dez anos**

As ações de longo prazo possuem conclusão prevista para entre o 8º e 10º anos do PRR, com destaque para as seguintes iniciativas:

- Avaliação da necessidade de rever a relação de risco/custo no planejamento, e consequentemente visitar os limites estabelecidos nos critérios de garantia de suprimento. Responsáveis: MME e EPE.

Ademais, entre as próximas etapas previstas está o estabelecimento de metas e indicadores globais de monitoramento no prazo de até 120 dias. Os indicadores serão submetidos a consulta pública pelo MME, visando colher contribuições da sociedade para aprimoramento da proposta e consolidá-la em até 210 dias, para posteriormente apresentá-la ao CNPE.





ABRACEEL NA MÍDIA



COORDENADORES DE CIRO GOMES DEFENDEM REDUÇÃO NAS TARIFAS

I Canal Energia

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)



ABERTURA DO MERCADO LIVRE DE ENERGIA E OPORTUNIDADES DO MODELO VAREJISTA

I CBN - Spotify

[Acesse o podcast clicando aqui.](#)



CURTAS

Coloque na agenda! Sexta Livre com candidatura Lula-Alckmin será no dia 19.08, às 15h

Depois de realizar [diálogo com representantes da candidatura de Ciro Gomes](#), a Abraceel promove a segunda edição da Sexta Livre do programa Abraceel nas Eleições com participação de Maurício Tolmasquim, representante da candidatura Lula-Alckmin (PT). O encontro será no dia 19.08, às 15h, via Zoom. As informações de acesso foram enviadas por e-mail aos profissionais das empresas associadas. O objetivo é conhecer a visão da candidatura a respeito da abertura do mercado de energia elétrica, política de subsídios, presença do Estado, planejamento e outras questões setoriais relevantes. A participação das associadas é relevante para as transformações que a Abraceel tem defendido no setor elétrico.



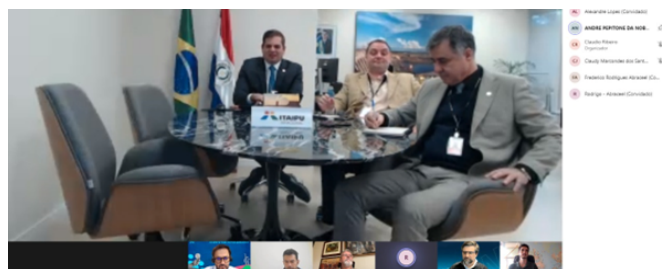
Garantias financeiras e monitoramento retirados da pauta da Aneel

Os resultados das consultas públicas que tratam das garantias financeiras do MCP

e monitoramento de mercado foram retirados da pauta da reunião pública da Aneel do dia 09.08. Na reunião, não foram apresentadas as notas técnicas com as conclusões das CPs, tampouco votos do relator, diretor Efraim Cruz, que encerrou seu mandato no órgão regulador. A previsão é de que a área técnica finalize as notas técnicas de conclusão das CPs nas próximas semanas, desta vez, espera-se, incluindo minuta de resolução e análise de impacto regulatório. A Abraceel enviou posicionamento para o momento de sustentação oral da reunião reforçando apoio ao avanço do monitoramento, com discussão do seu detalhamento junto aos agentes em nova fase de consulta pública, e agora aguarda os processos serem sorteados para relatoria de outro diretor.

Abraceel e Itaipu debatem comercialização no mercado livre

Na semana em que Itaipu definiu sua tarifa de eletricidade para 2022, com a primeira redução após 13 anos, a Abraceel se reuniu com o diretor financeiro executivo da usina, André Pepitone, para debater a comercialização de energia da usina. A pauta foi motivada em razão da proposta da Abraceel de venda da energia na usina no mercado, livre ou cativo, e não mais através de cotas compulsórias para consumidores de regiões específicas. Ficou acertada a realização de workshop sobre o tema em Foz de Iguaçu ainda em agosto.



Abraceel pleiteia junto à Aneel direito dos consumidores livres no aporte da Eletrobras à CDE

No dia 05.08, a Abraceel, Abrace e Anace enviaram contribuição à CP 34/22 da Aneel sobre os aspectos operacionais relacionados aos valores a serem aportados pela Eletrobras à CDE. O tema é objeto também da ação judicial impetrada pelas Associações para garantir o direito dos consumidores livres de receber o bônus de outorga decorrente da capitalização da Eletrobras. Na contribuição, as associações reafirmaram o pleito judicial, explicitando o disposto na Lei 10.438/2002, que determina que os valores do aporte sejam incluídos entre as necessidades de recursos da CDE anteriormente à fixação das quotas anuais do encargo CDE. Assim, o valor a ser pago por todos os consumidores do encargo CDE seria previamente reduzido pelo abatimento de todas as receitas da CDE, inclusive as decorrentes do aporte do bônus da capitalização. A contribuição pode ser lida na íntegra no site da Abraceel, na aba Contribuições e [Notas Técnicas](#).

PSR apresenta resultados do projeto que estima impactos da abertura

No dia 05.08, a Abraceel acompanhou o workshop da PSR em que foram apresentados os resultados do projeto "Cálculos Relativos aos Efeitos Econômicos e Financeiros Advindos da Modernização do Setor Elétrico", estudo encomendado pelo Ministério da Economia e finan-

ciado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O objetivo do trabalho é apoiar tecnicamente o governo federal nas ações referentes à modernização do setor elétrico e testar os impactos das alternativas de desenho de mercado. Foram apresentados resultados sobre três temas: i) abertura de mercado, ii) separação lastro e energia e iii) formação de preços por oferta. Sobre abertura de mercado, foi estimado custo de transição para hipóteses de sobrecontratação das distribuidoras. Em uma abertura faseada, com custos rateados entre todos os consumidores, livres e cativos, cenário base em discussão no PL 414, o custo foi calculado em R\$ 4,00/MWh, em média, variando entre R\$ 1,00 e R\$ 6,00/MWh, dependendo da premissa adotada. Esse resultado não considera a possibilidade de venda de energia de Itaipu no mercado livre e o aprimoramento dos mecanismos de descontração das distribuidoras, corroborando a análise feita pela Abraceel de que a sobrecontratação não é fator preocupante no cenário de abertura do mercado de energia. Assim que o projeto for finalizado, a PSR divulgará todos os relatórios e resultados.

Abraceel defende abertura do mercado livre de gás no Mato Grosso do Sul

A Abraceel enviou às associadas no dia 05.08 minuta de contribuição à Consulta Pública 08/22 da Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul (AGEMS) sobre o mercado livre de gás natural no estado. Na minuta, a Associação defende o direito de o co-



comercializador de gás exercer sua atividade no estado sem a necessidade de ser credenciado junto à AGEMS, como especifica a Portaria 103/2013 da agência reguladora. A Abraceel também pleiteia a redução da burocracia envolvida na atividade de comercialização, ao propor a não necessidade do credenciamento na AGEMS do contrato de venda em questão. Além disso, a Associação sugere que não seja dado um período mínimo para contratar o serviço de distribuição de gás, uma vez que deve haver total liberdade de escolha do fornecedor de gás e também das condições contratuais, como preços e prazos. As associadas podem enviar contribuições ao texto até o dia 16.08 pelo email do Grupo Técnico.

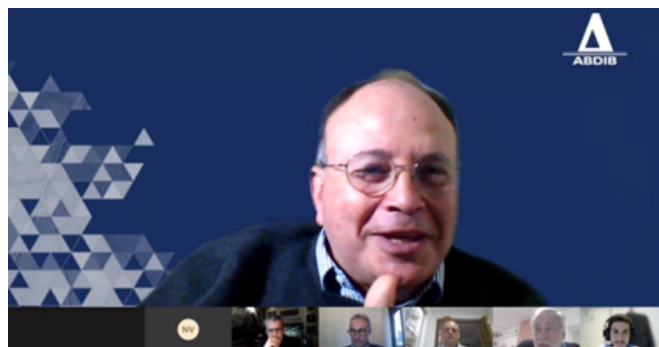
Abraceel explica PL 414 para a indústria química

No dia 10.08, Bernardo Sicsú, Ângela Oliveira e Yasmin Martins participaram de reunião do GT de Energia da Abiquim (Associação Brasileira da Indústria Química) para discutir aspectos do PL 414/2021. Os representantes da indústria química buscaram entender as perspectivas de aprovação da matéria no Legislativo, bem como os temas do setor de energia com probabilidade de avanço. Também houve bastante interesse nas questões envolvidas na Iniciativa de Mercado Minas e Energia, do MME, cujo objetivo é entregar 10 marcos legais para o próximo governo. Bernardo Sicsú tratou dos principais temas em discussão no PL 414 de interesse da Abiquim, como a questão da autoprodução e a representação varejista, ao passo que Ângela Oliveira apresentou análise

da tramitação no Legislativo do projeto. A Abraceel destacou a importância de a Abiquim participar e enviar contribuições à CP 131/2022 do MME, que propõe redução dos limites de carga para migração ao mercado livre de energia, com proposta de permitir o acesso a todos os consumidores em alta tensão, e pediu apoio da associação da indústria química para apoiar a abertura de mercado, que beneficia todo o setor produtivo e a sociedade em geral.

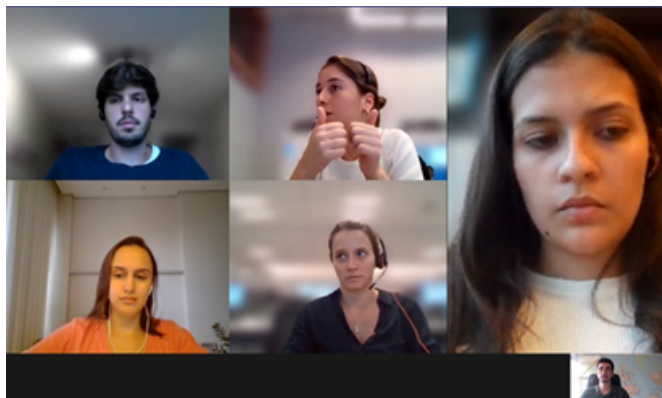
Abdib demonstra apoio à agenda do mercado livre de energia

A Abraceel também promoveu encontro com a Abdib (Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base) no dia 10.08, quando apresentou a situação e potencial do mercado livre de energia no Brasil. Participaram presidentes e diretores das duas instituições, incluindo Venilton Tadini, presidente-executivo da Abdib. A Associação da Infraestrutura e Indústrias de Base demonstrou apoio à agenda de abertura do mercado de energia, solicitando estudos da Abraceel e se colocando à disposição para atuação conjunta. A Abraceel encaminhará para a Abdib, quando for finalizada, sua contribuição à CP 131/2022 do MME, que propõe redução dos limites de carga para migrar para o ambiente de livre contratação.



Abraceel se reúne com associada BTG Pactual

No dia 08.08 a Abraceel se reuniu com a equipe regulatória do BTG Pactual. Na pauta, abertura de mercado, open energy e desafios de migração.



Ponto Virtual de Negociação: reuniões em setembro definem propostas de atos normativos

No dia 05.08, a Abraceel se reuniu com o MME, ANP, ATgás e outras associações setoriais com objetivo de discutir a tributação do gás natural no Ponto Virtual de Negociação (PVN). Ao longo de setembro serão realizadas reuniões sobre o tema, com objetivo de elaborar proposta e minuta de ato normativo para posterior submissão ao governo.

Cemig lança edital de leilão de compra de energia incentivada



A associada Cemig está com edital aberto para leilão de compra de energia elétrica de geração solar ou eólica para 15 anos, que acontece no dia 17.10 e conta com diversos critérios para participação. A adesão poderá ser realizada até o dia 03.10 e todas as dúvidas deverão ser encaminhadas para o e-mail mesa@cemig.com.br. A íntegra do edital pode ser acessada [aqui](#).

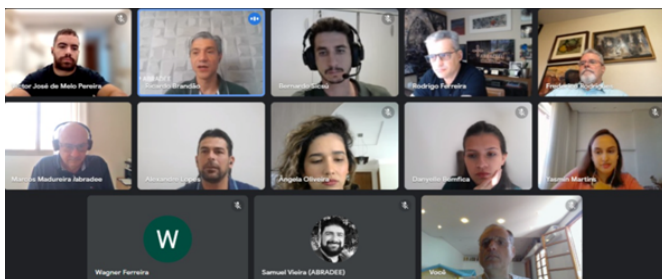
Em evento da Máxima Energia, Alexandre Schwartzman e Edvaldo Santana analisam cenários

José Casadei, diretor de Comunicação da Abraceel, participou no dia 11.08 de café da manhã com a Máxima Energia. O evento contou com apresentações do economista e ex-diretor do Banco Central Alexandre Schwartzman e do engenheiro e ex-diretor da Aneel Edvaldo Santana. Schwartzman avaliou o impacto do câmbio, juros e dívida pública na perspectiva de geração de emprego e no crescimento econômico, indicando que os indicadores mostrarão uma melhora conjuntural este ano, mas seguirão pressionados em 2023. Já Edvaldo Santana trouxe reflexões sobre o papel e o funcionamento das instituições e o seu reflexo nas decisões e nas políticas do setor elétrico, impactado por aumento de preços ao consumidor.



Abraceel se reúne com Abradee

No dia 12.08, a Abraceel se reuniu com a Abradee para discutir a Consulta Pública MME 131/22, que trata da abertura da alta tensão. Na ocasião, a Associação do ramo de distribuição colocou como principais preocupações a eventual sobrecontratação advinda dos contratos legados e o possível aumento do desconto de fontes incentivadas. A Abraceel, por sua vez, reforçou que seus estudos técnicos não apontam nenhum empecilho para avanço da proposta do MME, principalmente porque a medida impacta apenas 6% do mercado, estando o cronograma alinhado com o disposto no PL 414. As instituições concordaram em avançar nas conversas para buscar convergência e voltarão a se reunir antes da conclusão da CP.





Mesmo com 3 pontos a menos em duas semanas, Lula permanece na frente em mais uma pesquisa - Em levantamento feito pela FSB Comunicação, encomendado pelo banco BTG, Lula oscilou 3 pontos para baixo em duas semanas e está com 41%, enquanto Bolsonaro avançou 3 pontos e ficou com 34%. Para um possível segundo turno entre os dois candidatos, segundo a pesquisa, Lula venceria com 51% dos votos, contra 39% de Bolsonaro. O levantamento avaliou que, em eventual segundo turno, o petista receberia mais da metade dos votos que foram para Tebet no primeiro turno, 44% de Ciro e 45% de outros candidatos. Também foi mensurado o potencial de voto e rejeição, confira [aqui](#).

Atos pela democracia x preço do diesel - enquanto os noticiários na última quinta foram ocupados com repercussões da carta pela democracia na USP, o presidente Jair Bolsonaro comemorou a redução do preço do diesel pela Petrobras.



Jair M. Bolsonaro  @jairbolsonaro · 8 h ...

- Hoje, aconteceu um ato muito importante em prol do Brasil e de grande relevância para o povo brasileiro: a Petrobrás reduziu, mais uma vez, o preço do diesel.

 4.727

 13 mil

 68,9 mil



Aliados de Bolsonaro evitaram dar tanto holofote ao movimento ou apontaram que a oposição estava se valendo da onda. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), evitou falar diretamente, mas defendeu a democracia. Já o presidente do Senado foi um pouco mais contundente.



Arthur Lira  @ArthurLira_ · 16 h ...

No Legislativo, todos os dias são atos pela democracia, atos que produzem efeitos concretos e transformadores na vida do País e dos brasileiros. Democracia, uma conquista de todos!

 252

 108

 930





Rodrigo Pacheco ✓ @rodrigopacheco · 20 h

O Congresso Nacional sempre será o guardião da democracia e não aceitará qualquer movimento que signifique retrocesso e autoritarismo. (+)

558

96

962



Rodrigo Pacheco ✓ @rodrigopacheco · 20 h

Não há a menor dúvida que a solução para os problemas do país passa necessariamente pela presença do Estado de Direito, pelo respeito às instituições e apoio irrestrito às manifestações pacíficas, à liberdade de expressão e ao processo eleitoral.

37

16

169



Ciro Nogueira ✓ @ciro_nogueira · 20 h

Carta ao Povo Brasileiro: estamos escrevendo a Carta que muda o Brasil para melhor. Combustível mais barato, redução do preço do diesel! Deflação, aumento do emprego! Economia forte, Democracia forte! Parabéns Democrata Jair Bolsonaro!

Itaipu - Durante a semana, o presidente Bolsonaro também comemorou a redução da tarifa de Itaipu, fortalecendo sua agenda de reduzir os custos na energia e combustíveis.



Jair M. Bolsonaro ✓ @jairbolsonaro · 10 de ago

- Após intensa negociação com o Paraguai, foi aprovada a redução de 8,2% da tarifa utilizada na comercialização da energia de Itaipu Binacional, a primeira em quase 15 anos, que reduzirá custos de energia, produtos e serviços, beneficiando a região e, conseqüentemente, o Brasil!

2.318

11,7 mil

59,9 mil



O Instituto para o Desenvolvimento do Varejo (IDV) está promovendo encontros com os presidentiáveis - Na última semana, o encontro estava marcado com o candidato Lula, que não compareceu por uma indisposição de saúde. Seu vice, Geraldo Alckmin, esteve presente com Aloizio Mercadante e a pauta destacou a reforma trabalhista, cujos representantes da campanha sinalizaram que não haveria mudança radical nesse sentido. O grupo, que reúne Luiza Trajano (Magazine Luiza) e Flávio Rocha (Riachuelo) deve se reunir com Tebet e Ciro ainda em agosto e a data para o presidente Bolsonaro está em discussão.





Rosa Weber assume a presidência do STF - A partir do dia 12 de setembro até 02 de outubro de 2023, Rosa Weber assume a presidência do Superior Tribunal Federal. A ministra foi indicada pela ex-presidente Dilma em 2011.

Vai, Corinthians - Nada como um bom futebol para acalmar os ânimos. O presidente Bolsonaro disse que estaria na posse do ministro Alexandre de Moraes no TSE no próximo dia 16. No entanto, gostaria de ser convidado pessoalmente. Moraes atendeu ao pedido e, chegando ao Planalto, foi recebido com uma camisa do timão. Os ministros Ciro Nogueira, Fábio Faria e Paulo Guedes são os responsáveis por tentar colocar panos quentes entre os poderes. Até porque na última quarta, no “Encontro Nacional do Agro”, Bolsonaro criticou os ministros do Judiciário, mas não citou nomes.

Agora vamos falar de um tema mais tranquilo:

Mudanças na Aneel – Sandoval Feitosa deixou de ser assessor da Agência e assume o cargo de diretor geral na próxima segunda, 15.08. Foram definidos também alguns de seus assessores, Elvira Stroschein, para chefe de gabinete adjunta, Lívia Raggi, Rafael Costa e Renato Abdalla. Fernando Mosna também toma posse como diretor da Aneel na segunda e Benny Moura assume como assessor. Confira [aqui](#).



 **PRÓXIMA
SEMANA**

15.08 - Segunda-feira: Abraceel se reúne com Júlio Ferraz, superintendente de Regulação Econômica e Estudos do Mercado (SRM) da Aneel, para tratar da comercialização varejista, às 9h30;

Abraceel se reúne com Diretor-Geral do Cepel, Amílcar Guerreiro, às 14h30;

Abraceel participa da posse dos diretores da Aneel, Sandoval Feitosa e Fernando Mosna, às 17h.

16.08 - Terça-feira: José Casadei, Diretor de Comunicação da Abraceel, participa do evento Plástico Brasil Xperience, em palestra sobre Situação e Potencial do Mercado Livre de Energia no Brasil, às 9h40;

Alexandre Lopes, vice-presidente de Energia da Abraceel, participa de reunião do Comitê Energia da Fecomércio-SP, às 15h.

17.08 - Quarta-feira: Abraceel participa do 7º Encontro dos Agentes do Setor Elétrico no Centro-Oeste, em Goiânia, às 15h.

18.08 - Quinta-feira: Conselho de Administração da Abraceel se reúne, às 10h;

Abraceel participa da reunião do FASE, às 10h;

Yasmin Oliveira, Coordenadora de Energia da Abraceel, participa do evento da associada Elétron Energy para discutir a agenda regulatória do setor elétrico e o PL 414/2021, em Manaus, às 12h.

19.08 - Sexta-feira: Sexta Livre do programa Abraceel nas Eleições com Maurício Tolmasquim, representante da candidatura Lula-Alckmin, às 15h.